



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

**BIBLIOTECAS ESCOLARES E SALAS DE LEITURA DA REDE PÚBLICA DE
TAGUATINGA-DF**

Brasília, DF

2021

ISABELA ESTEVES ROCHA RAMOS

**BIBLIOTECAS ESCOLARES E SALAS DE LEITURA DA REDE PÚBLICA DE
TAGUATINGA-DF**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Brasília, DF

2021

Ramos, Isabela Esteves Rocha

R672b Bibliotecas escolares e salas de leitura da rede pública de Taguatinga-DF / Isabela Esteves Rocha Ramos; orientador Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque. -- Brasília, 2021.

58 p.

1. Biblioteca escolar. 2. Sala de leitura. 3. Bibliotecário escolar. I. Gasque, Kelley Cristine Gonçalves Dias, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Bibliotecas Escolares e salas de leitura da rede pública de Taguatinga-DF.

Autor(a): Isabela Esteves Rocha Ramos

Monografia apresentada remotamente em **12 de maio de 2021** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Membro Interno (FCI/UnB): Greyciane Souza Lins

Membro Externo (Local): Sônia Araújo de Assis Boeres

Em 29/05/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 30/05/2021, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 31/05/2021, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Esteves Rocha Ramos, Usuário Externo**, em 31/05/2021, às 22:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Araújo de Assis Boeres, Usuário Externo**, em 07/06/2021, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

Dedico esse trabalho aos meus pais, que sempre me apoiaram e estiveram comigo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela saúde, força e por iluminar minha caminhada até aqui.

Aos meus pais, pelo incentivo, prontidão, paciência para me ajudar a superar minhas dificuldades e motivação para seguir em frente.

À minha orientadora Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, pela atenção, disposição para ensinar e ótima orientação no presente trabalho.

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

“Só a educação liberta.”

Epicteto.

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar a situação das bibliotecas escolares/salas de leitura em Taguatinga-DF que não possuem bibliotecários em sua coordenação, para identificar os produtos e serviços oferecidos por elas e o perfil dos seus responsáveis. Para tanto, elege a abordagem qualitativa, por meio de questionários aplicados aos responsáveis das salas de leitura. Os resultados mostram que nenhuma das escolas atendem às especificidades de uma biblioteca escolar, constituindo-se apenas em salas de leitura. Conclui-se que a biblioteca escolar tem papel fundamental na formação dos estudantes, e a ausência de profissionais capacitados em sua gestão pode trazer consequências negativas para a comunidade educacional. Sendo assim, é evidente a necessidade da atuação de bibliotecários nas salas de leitura das escolas da rede pública.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Sala de Leitura. Bibliotecário Escolar.

ABSTRACT

The research aims to analyze the situation of school libraries/reading rooms in Taguatinga-DF that do not have librarians in their coordination, to identify the products and services offered by them and the profile of those responsible for them. To do so, it chooses the qualitative and quantitative approach, through questionnaires applied to those responsible for the reading rooms. The results show that none of the schools meet the specific needs of a school library, constituting only reading rooms. It is concluded that the school library has a fundamental role in the education of students, and the absence of trained professionals in its management can have negative consequences for the educational community. Thus, it is evident the need for librarians to act in the reading rooms of public schools.

Keywords: School Library. Reading room. School Librarian.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária.....	36
Gráfico 2 – Tempo de trabalho dos professores na escola	37
Gráfico 3 – Área de formação dos responsáveis pelas salas de leitura	38
Gráfico 4 – Motivo da atuação na sala de leitura	39
Gráfico 5 – Avaliação dos professores em relação ao horário de funcionamento da sala de leitura.....	41
Gráfico 6 – Avaliação dos professores em relação aos serviços oferecidos na sala de leitura	42
Gráfico 7 – Avaliação dos professores em relação à divulgação dos serviços da sala de leitura.	42
Gráfico 8 – Avaliação dos professores em relação ao acervo da sala de leitura.....	43
Gráfico 9 – Avaliação dos professores em relação ao espaço físico da sala de leitura.....	43
Gráfico 10 – Sentimento em relação ao trabalho executado na sala de leitura	44
Gráfico 11 – Melhoria imediata mais importante na sala de leitura.....	45
Gráfico 12 – Possibilidade de desempenho da sala de leitura sem um bibliotecário	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Serviços oferecidos pela sala de leitura	40
Tabela 2 – Avaliação da sala de leitura	40
Tabela 3 – Justificativas para o desempenho da sala de leitura sem um bibliotecário.....	47
Tabela 4 – Justificativas para a não possibilidade do desempenho da sala de leitura sem um bibliotecário	48
Tabela 5 – Competências necessárias para conduzir a sala de leitura de forma eficiente.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASL	American Association of School Libraries
ACE	Avaliação das Condições de Ensino
ACRL	Association of College and Research Library
BE	Biblioteca Escolar
CRA	Centro de Recursos de Aprendizagem
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MEC	Ministério da Educação
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	Objetivo geral	15
1.1.2	Objetivos específicos	15
1.2	JUSTIFICATIVA.....	15
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1	HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES	17
2.2	A BIBLIOTECA ESCOLAR.....	19
2.3	A BIBLIOTECA ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	21
2.4	O INCENTIVO À LEITURA	25
2.5	O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR.....	27
2.6	A BIBLIOTECA ESCOLAR NA REDE PÚBLICA	29
3	METODOLOGIA	33
3.1	DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA	33
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	33
3.3	INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	34
3.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	34
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....	35
4.1.1	Perfil dos entrevistados	36
4.1.2	Percepções sobre a sala de leitura do ponto de vista do professor	39
4.1.3	Competências necessárias para o trabalho na sala de leitura	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE A – Questionário	56

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende avaliar as bibliotecas públicas escolares sem bibliotecários em Taguatinga (DF), com objetivo de verificar a necessidade de um profissional formado em biblioteconomia nesses espaços e os resultados e consequências da ausência do mesmo. A literatura mostra que a biblioteca escolar exerce um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem e é de suma importância na formação dos estudantes.

Para Campello (2002, p. 9), as crianças e jovens de hoje precisam pensar de forma lógica e criativa para solucionar problemas, aprendendo a usar informações e conseguindo se comunicar de forma efetiva. Na atual conjuntura em que a informação e o conhecimento são essenciais para estruturação do indivíduo na sociedade, a biblioteca escolar torna-se indispensável na disseminação e aprendizagem de como se lida com as informações.

De acordo com Goulart, Dias e Lelis (2019), a biblioteca escolar (BE) representa um ambiente de construção de conhecimento e de relações interpessoais, sendo um espaço de interação para o envolvimento da comunidade escolar. Sendo assim, atua como centro de integração entre o sujeito e o conhecimento, que reflete diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

Apesar de a biblioteca escolar constituir-se na teoria um fator crucial na vida dos estudantes, o que acontece na prática é, frequentemente, contraditório. Na realidade brasileira, as bibliotecas escolares não fazem jus ao papel educacional e informacional que deveriam ter, deixando a desejar em vários aspectos: desde a infraestrutura, organização e funcionamento até desvio de funções e profissionais desqualificados e sem capacitação.

Em sua maioria, as escolas públicas possuem “salas de leitura”, espaços que seriam destinados às bibliotecas escolares. De acordo com o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2015), a sala de leitura sob a responsabilidade de profissionais da educação, constitui-se em um espaço de aprendizagem e de orientação à pesquisa para a comunidade escolar. Santos (2018) destaca que o crescimento das salas de leitura nas escolas públicas revela a opção de estados e municípios por um caminho mais econômico, visto que por esse modelo não se faz necessário a construção de novos espaços e a contratação do profissional bibliotecário.

A partir deste pressuposto, o trabalho aborda a situação, os obstáculos e as perspectivas futuras das salas de leitura do ensino fundamental (1º ao 5º ano) em Taguatinga (DF), que não contam com bibliotecários formados em sua gestão.

A realidade nas escolas públicas do Brasil mostra que na maioria das bibliotecas públicas escolares, ou como frequentemente são chamadas as “salas de leitura” não possuem bibliotecários formados em sua coordenação, sendo atribuída a função do bibliotecário ao professor, normalmente um professor readaptado, com algum problema de saúde, que deixou a sala de aula por razões médicas.

Diante desse cenário Campello (2015, p. 5) ressalta que a falta de um profissional especializado na gestão de uma biblioteca pública pode acarretar diversas consequências como a inativação do espaço, limitações nos horários de atendimento e a precariedade nos serviços oferecidos.

A partir desta situação das bibliotecas escolares brasileiras, o presente trabalho analisa como as bibliotecas públicas escolares são coordenadas sem um bibliotecário com formação especializada presente, tendo como problema: como funcionam as bibliotecas escolares/salas de leitura da rede pública de Taguatinga-DF sem a coordenação de bibliotecários?

1.1 OBJETIVOS

Este estudo pretende atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos descritos a seguir.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as bibliotecas escolares/salas de leitura da rede pública de Taguatinga – DF, que não contam com bibliotecários na coordenação.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar o perfil dos respondentes.
- Levantar as percepções sobre a sala de leitura do ponto de vista do professor.
- Descrever as competências necessárias para o trabalho na sala de leitura.

1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa para realização deste trabalho procede da necessidade de analisar as bibliotecas escolares da rede pública de ensino em Taguatinga (DF) que não contam com a presença de bibliotecários em sua gestão. Para Hillesheim e Fachin (1999), a biblioteca escolar

precisa atuar como um centro ativo de aprendizagem, sendo vista como núcleo vinculado à didática dos professores e não como um anexo da escola, trabalhando assim com estudantes e professores, e não apenas para eles. A intenção deste “centro ativo de aprendizagem” é tornar a biblioteca escolar um instrumento de apoio pedagógico no processo de ensino-aprendizagem na sociedade.

O bibliotecário escolar deve ser o responsável pelo planejamento e pela gestão da biblioteca, não só no quesito de organização da informação que abrange os processos técnicos e as atividades mecanizadas, mas também exercer a função de mediador da informação, juntamente aos professores, no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Segundo Gasque (2013), a biblioteca escolar como centro de recursos de aprendizagem (CRA) centra-se no paradigma de integração pedagógica. Isso significa que tal paradigma inclui o paradigma de acesso à informação, no entanto permite a partir de estratégias pedagógicas possibilitar a aquisição da informação em conhecimento. Nota-se, então, que a presença do bibliotecário é essencial para que uma biblioteca escolar atue como centro de recursos de aprendizagem. Para Jhonson (2016), a biblioteca escolar deve tornar-se um bem comum de aprendizagem, incentivando o uso para uma série de serviços de apoio informacional, educacional e cultural.

Tendo em vista a pouca quantidade de estudos sobre o assunto, torna-se necessário analisar a situação das bibliotecas escolares da rede pública de ensino da região administrativa de Taguatinga (DF) e como as mesmas funcionam com a ausência de bibliotecários especializados em suas respectivas gestões.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo apresenta a revisão de literatura sobre as bibliotecas escolares e seus conceitos e desdobramentos. A revisão aborda as principais questões na referida área por meio de levantamentos e análises de artigos, pesquisas, estudos, procedimentos, discussões e conclusões sobre o surgimento, conceito, histórico e atual cenário das bibliotecas escolares/salas de leitura no Brasil, bem como as tendências e a importância do espaço na comunidade escolar, atuando como um centro de recursos de aprendizagem.

2.1 HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

As bibliotecas escolares no Brasil surgiram no século XVI, construídas a partir dos colégios jesuítas, que vieram para o Brasil no período colonial com o objetivo de evangelizar e catequizar os índios. Segundo Silva (2011), a relação entre a biblioteca escolar e o contexto escolar e educativo sempre esteve diretamente relacionada à igreja, sendo assim a igreja atuou como a “educadora” do Brasil até o fim do século XVIII. No século XVII, além dos jesuítas, outras ordens religiosas como as ordens dos franciscanos, beneditinos e carmelitas também começaram a introduzir suas escolas e estruturar as bibliotecas escolares no Brasil (SILVA, 2011).

De acordo com Silva (2011), as bibliotecas escolares de instituições religiosas possuíam métodos e proposta de atuação conforme a ideologia teológico-científica. A força dos colégios religiosos na construção das bibliotecas escolares deu-se até o final do século XVIII, até sua decadência, efetivada no século XIX. Segundo Guida (2019), os jesuítas enfrentaram uma escassez de obras disponíveis, então solicitaram mais livros à corte portuguesa, e desta forma foram chegando diversos gêneros para continuar a instrução dos colonos, dos índios e o aperfeiçoamento dos mestres.

Com o abastecimento de livros, os jesuítas, ao final do século XVI, tinham bibliotecas em cada um de seus colégios, nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Com relação às bibliotecas jesuíticas, as localidades que mais se destacaram foram Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Pernambuco (Olinda e Recife) e Pará. As bibliotecas dos franciscanos que mais se destacaram foram as que estavam centradas nas localidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Olinda. As de ordem beneditina tiveram suas instalações de bibliotecas escolares no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (LEITE, 1942 apud SILVA, 2011, p. 492).

Com a ascensão do ideal iluminista que se opunha aos princípios religiosos da igreja católica, Marquês de Pombal, em 1735, introduz uma circular que proíbe o noviciado, ou seja, o período de formação de um religioso, o que levou ao declínio dos conventos. De acordo com Milanesi (1993), citado por Guida (2019), com a expulsão dos jesuítas todos os bens da igreja foram confiscados. Isso fez com que grande parte do acervo das bibliotecas fosse abandonado e, por conseguinte, perdido, restando apenas poucas obras.

No final do século XIX e no começo do século XX, surgem as primeiras discussões sobre a necessidade de criação de bibliotecas escolares (VALIO, 1990). De acordo com Silva (2011), nesse período, a biblioteca escolar ganha uma nova forma, porém são bibliotecas em colégios particulares, que visavam introduzir métodos educativos com ênfase no ensino religioso. Pode-se considerar então, que a biblioteca escolar surge com estrutura melhor e investimento no acervo. O acesso a essas bibliotecas era restrito aos integrantes da igreja, e as mesmas pareciam mais bibliotecas especializadas, por serem mais utilizadas para educação religiosa de seus usuários. Tal aparato religioso dado às bibliotecas escolares resultou no acesso restrito à elite dos colégios particulares.

Silva (2011) considera que a biblioteca escolar conquista no século XX um novo espaço a partir das reformas educacionais, como as pautadas na Escola Nova, exercidas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935). Tais reformas autenticaram a biblioteca escolar no sistema de ensino, tendo como prioridade o estímulo ao processo de ensino-aprendizagem, em que se buscava desenvolver o gosto pela leitura.

Guida (2019) explica que, a partir destas reformas, as bibliotecas escolares foram incluídas no plano de ensino escolar. Porém, foram necessárias iniciativas do Estado para que as bibliotecas escolares se consolidassem, tanto no quesito de distribuição de livros quanto na construção e no funcionamento. A necessidade de se pensar no acervo surgiu com as exigências políticas para instalações de bibliotecas escolares e com a aproximação da biblioteca de outros instrumentos escolares. De acordo com Silva (2011), nas décadas de 1940/50 era mantido o discurso da importância da composição do acervo e da participação dos estudantes e dos pais na construção da biblioteca escolar por meio de ações pedagógicas.

Silva (2011) enfatiza que de 1930 a 1980 é perceptível a falta de políticas nacionais para constituir um conjunto de operações integradas nas bibliotecas para que cumprissem seus respectivos papéis de forma eficiente. Observa-se durante essa época apenas ações locais e isoladas que perderam a força ao longo da história pela falta de incentivo e de ideias políticas e governamentais. Consequentemente, a ausência de política e de gerenciamento bem traçados

fizeram das bibliotecas escolares um espaço inacessível para muitas pessoas e, acabou promovendo uma ideia errônea de biblioteca escolar.

2.2 A BIBLIOTECA ESCOLAR

É importante mencionar que existe uma gama de conceitos que aborda a biblioteca escolar. Para Goulart, Dias e Lelis (2019), grosso modo, a biblioteca escolar é entendida como espaço de aprendizagem e tem por objetivo fomentar a leitura, possibilitar o acesso, promover situação de contato com a leitura aos educandos, tornando uma alternativa de inclusão social. Por sua vez, Bezerra (2008) caracteriza a biblioteca escolar como um local diferente dos outros espaços educativos da escola, pois promove uma interação entre o estudante, professor e bibliotecário, vinculada a um diversificado acervo, atuando como um laboratório de autoaprendizagem.

Pereira (2006) destaca que a biblioteca escolar brasileira evidencia que é preciso muito esforço para superar conceitos antigos que fizeram da biblioteca um “lugar”, com um simples repositório de material impresso, um mero almoxarifado de livros, sem uso dos estudantes. Atualmente, é perceptível que essas bibliotecas, em sua maioria, ainda não conseguiram alcançar plenamente sua missão de forma eficaz, tendo em vista os diversos problemas enfrentados na educação no Brasil, especialmente na rede pública de ensino.

Segundo o manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para as Bibliotecas Escolares (1999), esse espaço propicia informação e ideias fundamentais para os usuários terem êxito na sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem no decorrer da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

Considerando a biblioteca como participante integral no processo educacional e destinada ao desenvolvimento da competência na leitura, escrita e no uso da informação no ensino-aprendizagem, o documento “Manifesto da IFLA/UNESCO (1999)” descreve os seguintes objetivos para a biblioteca escolar brasileira:

- a) apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- b) desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- c) oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
- d) apoiar todos os estudantes, na aprendizagem e prática de habilidades, para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a

- sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- e) prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
 - f) organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
 - g) trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola;
 - h) proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
 - i) promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor (IFLA, [200-], p. 2-3).

De acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA, 1985), a biblioteca escolar deve atuar como um Centro de Recursos de Aprendizagem, constituindo-se em espaço de acesso à informação, fomento à leitura e pesquisa, e atuando como ambiente de ação cultural. Tendo em vista estas considerações, a biblioteca escolar é responsável pelo empenho dos objetivos, metas e fins da escola, e também pelo desenvolvimento do currículo e pela formação continuada do professor.

A biblioteca escolar é uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educacional e participa de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões na aula (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, p. 22).

Segundo Gasque (2012), o conceito proposto pela OEA apresenta a biblioteca escolar como centro de aprendizagem em uma perspectiva sistêmica, consolidando a função desse espaço. Os manifestos para bibliotecas escolares da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA) e da Unesco (IFLA, [200-], 2015) comprovam que o trabalho em conjunto de bibliotecários e de professores contribui para melhorar o desempenho dos estudantes na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, no uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação.

Com base nos autores citados, foi possível compreender a importância da BE ao atuar como um centro de aprendizagem, em que se integram novos recursos de informação e comunicação. Desta forma, torna-se imprescindível possibilitar o acesso e a aprendizagem de como lidar com informações de forma correta para incentivar os usuários a pensar e refletir, agregando assim conhecimento em suas vidas. O próximo tópico trata do desempenho da biblioteca escolar no ensino-aprendizagem.

2.3 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, a BE exerce papel importantíssimo. Considerando-a como um centro ativo de aprendizagem, Hillesheim e Fachin (1999) enfatizam que, deste modo, a biblioteca escolar necessita ser vista e tratada como um núcleo ligado ao esforço pedagógico e não como um apêndice das escolas. As autoras também ressaltam que a biblioteca é um instrumento essencial de apoio didático, pedagógico e cultural, que auxilia na integração e dinamização do processo de ensino-aprendizagem, para que a escola tenha o desenvolvimento almejado.

Valio (1990) considera que a biblioteca escolar atua como mediadora tendo a função de incentivar a leitura dos estudantes, oferecer condições necessárias à comunidade escolar através da disponibilização dos serviços de informação, em prol do desenvolvimento do currículo do estudante e na sua competência para aprender a aprender. Neste contexto, cabe ao bibliotecário escolar a função de facilitar o aprendizado de cada estudante e contribuir para a formação de cidadãos leitores.

Observa-se, pelo menos em teoria, que as bibliotecas escolares são recursos fundamentais para a aprendizagem. No entanto, a realidade das bibliotecas é muito diferente disso. Um dos fatos que corrobora para isso, relaciona-se ao que Silva (2011) propõe, sobre a necessidade de primeiramente refletir sobre o problema do julgamento que se tem da biblioteca escolar como “qualquer espaço com qualquer acervo em uma estante”, para então se chegar à almejada mudança de discurso e de ações relativas à biblioteca escolar no Brasil, em especial na rede pública de ensino.

De acordo com Silva (2003), na maioria dos casos, quando existem nas escolas públicas espaços denominados bibliotecas, estes são na verdade depósitos de livros ou objetos de natureza variada que não estão sendo usados. O autor resalta também que há situações em que o espaço da biblioteca escolar é utilizado como lugar de punição, e não como um lugar de estudo, pesquisa ou leitura, sendo assim, muitas vezes, mal vista pelos estudantes, como um lugar para castigo.

Neste sentido, estabelecer políticas públicas e um plano de implementação para mudanças das BE torna-se importante para mudar a situação descrita por muitos autores ao compararem a BE com um depósito de livros. Isso porque além do suporte de coleções e documentação, a biblioteca deve atender às intenções políticas e sociais, que são refletidas na

disponibilidade de serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitam os usuários se tornarem pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em diferentes formas de suporte e comunicação como preconiza o manifesto Ifla/Unesco para bibliotecas escolares (IFLA, [200-]).

Assim, enfatiza-se que, para que a biblioteca escolar possa ser vista e utilizada como uma ferramenta de apoio à aprendizagem e ao desenvolvimento escolar, é preciso que ela seja valorizada. Isto é, que existam leis que a apoiem, políticas públicas bem claras, apoio financeiros que visem à criação e manutenção de acervo, além da contratação de pessoas capacitadas – bibliotecários (GUIDA, 2019).

Portanto, com base nos autores apresentados, se historicamente, as primeiras bibliotecas tinham como foco a preservação do acervo e dos materiais, com acesso mais restrito, somente para públicos selecionados e elitizados, tal postura não é mais condizente com a sociedade contemporânea e com os avanços educacionais. Gasque (2013) denomina essa visão inicial das bibliotecas de paradigma de difusão e do acesso à informação, ao explicar que com o surgimento da imprensa, a inserção das bibliotecas nas políticas públicas e o aprimoramento das competências técnicas, as bibliotecas começaram a ser projetadas com a finalidade de disseminar informação. No entanto, nesse paradigma havia preocupação excessiva com o acervo e sua preservação, sem considerar efetivamente o planejamento e a integração da biblioteca com a proposta pedagógica da escola.

Por isso, Gasque (2013) enfatiza a necessidade de uma nova perspectiva, denominada Paradigma de Integração Pedagógica, que considera a biblioteca como Centro de Recurso de Aprendizagem e parte essencial no processo educacional. Isto significa, grosso modo, considerar que a BE deve transcender o acesso à informação para promover o desenvolvimento de competências para lidar com a informação. Tais competências permitem ao indivíduo desenvolver o aprender a aprender, ter autonomia e espírito crítico na sociedade contemporânea.

No século XX, momento de grande avanço da tecnologia em que a informação e o conhecimento são primordiais, é necessário lidar com o imenso volume de informação. Gasque e Silvestre (2017) destacam que essa sociedade requer dos cidadãos competências como o letramento informacional, processo necessário para que as pessoas possam avaliar, interpretar, usar informação e gerar conhecimento ao longo da vida.

Com a perceptível mudança de paradigma da BE na contemporaneidade, Bernardino e Suaíden (2011) apontam a biblioteca como lugar de interação entre a leitura e o leitor, sobretudo uma biblioteca que atue como centro fomentador e gerador do conhecimento, como uma porta aberta para o conhecimento. Diante desta inovação de conceitos e valores, Jorge (2014) afirma

que, segundo o professor Klaus Schlunzen Junior, é necessário firmar as tecnologias na escola, pois esta tende a se tornar um espaço de diálogos e debates, visto que os estudantes, de maneira geral, têm fácil acesso à informação.

Segundo Gasque e Casarin (2016), as principais tendências à longo prazo que influenciam o uso das tecnologias e direcionam a educação são: repensar o funcionamento das escolas com o foco na inovação, tendo como objetivo aumentar a participação dos estudantes; a implementação de métodos de aprendizagem mais aprofundados, como a aprendizagem baseada em projetos. A tendência a curto prazo é o aprendizado híbrido, que permite aos estudantes conseguirem dominar o conteúdo no próprio ritmo por meio de módulos de aprendizagem on-line e software adaptável, rompendo barreiras tradicionais em diferentes áreas e assuntos.

Na atual conjuntura, com os meios de comunicação aumentando gradativamente de forma contínua e as tecnologias cada vez mais inovadoras. Gasque e Tescarolo (2004) enfatizam que um dos grandes desafios contemporâneos é lidar com a expansão descontrolada da informação, com a utilização intensiva de tecnologias eletrônicas em rede e com o processo de aprendizagem permanente.

Cruz (2008) ressalta que a aprendizagem deixa de ser algo inerte para tornar-se um processo de reconstrução contínua e dinâmica entre sujeitos que se influenciam ao mesmo tempo. Ressalta também a necessidade de saber ler com acuidade, para nela saber intervir com autonomia. Compreende-se que a aprendizagem na era da tecnologia da informação exige uma política de produção de si mesmo e do mundo. Coutinho e Lisbôa (2011) destacam a importância da democratização do saber, entretanto ressaltam que somente o acesso à informação não é garantia que resulte em conhecimento e, muito menos, em aprendizagem, sendo necessário frente às informações expostas, desconstruir e reelaborar uma nova construção de conhecimento.

Nesse sentido, informação é todo o dado trabalhado, útil, tratado, com valor significativo atribuído ou agregado a ele, e com um sentido natural e lógico para quem usa a informação. Para um entendimento mais claro sobre o processo de transformação da informação em conhecimento, é preciso diferenciar dado, informação e conhecimento.

O dado é entendido como um elemento da informação, um conjunto de letras, números ou dígitos, que, tomado isoladamente, não transmite nenhum conhecimento, ou seja, não contém um significado claro. Quando a informação é “trabalhada” por pessoas e pelos recursos computacionais, possibilitando a geração de cenários, simulações e oportunidades, pode ser chamada de conhecimento. O conceito de conhecimento complementa o de

informação com valor relevante e de propósito definido (REZENDE; ABREU, 2000, p. 60 apud COUTINHO; LISBÔA, 2011, p. 9-10).

Tendo em vista os conceitos explanados, Pozo Municio (2004) faz uma crítica à sociedade da informação, em que enfatiza que não é possível agregar conhecimento somente através do acesso à informação, por isso a partir da concepção de “sociedade da informação”, passou-se à de “sociedade do conhecimento”. A cultura simbólica dessa sociedade implica novas formas de aprendizagem, o que sugere a emergência de um modelo de 'sociedade' cujos veículos mais eficazes de acesso são os "processos de aquisição desse conhecimento, uma vez que são as ferramentas mais poderosas para espalhar ou distribuir socialmente essas novas formas de gestão do conhecimento" e que podemos denominar “sociedade da aprendizagem” (POZO MUNICIO, 2004, p. 11-12).

Nessa sociedade, a aquisição do conhecimento passa pela capacidade reflexiva e crítica do estudante, com a intenção de torná-lo capaz de interpretar, comparar, ponderar e integrar informações, sendo então um elemento imprescindível para o discernimento do conhecimento como destacam Gasque e Tescarolo (2004). De acordo com estes autores, é por meio do pensamento reflexivo que os cidadãos têm possibilidade de enfrentar suas próprias contradições.

Assim, de acordo com Pozo e Pérez Echeverría (2001 apud POZO MUNICIO, 2007), a cultura da aprendizagem requer um novo perfil de estudante e profissional. Tal perfil só se tornará possível se houver mudança de pensamento sobre a aprendizagem e o ensino, isso requer também mudar a forma de ensinar dos professores.

Kuhlthau (1999) destaca quatro competências para uso da informação, de forma que os estudantes consigam “aprender a aprender” no ambiente tecnológico da sociedade da informação, são elas: 1) habilidade de aprender em situações dinâmicas, onde a informação está em constante mudança; 2) habilidade de gerenciar grande quantidade de informação, quando a determinação do que significa informação suficiente é tão importante quanto localizar e selecionar informação relevante; 3) habilidade de encontrar significado através da produção de sentido em mensagens diversas e numerosas que geralmente não se acham organizadas previamente em textos; 4) habilidade de construir um entendimento próprio a partir de informação incompatível e inconsistente (KUHALTHAU, 1999, p. 10).

Nesse contexto, para que a biblioteca se torne um espaço de construção de conhecimento e disseminação de informações, é necessário não só conceder o acesso à informação, mas também ensinar como usar as informações para que se transformem em conhecimento. Isso ocorre em especial pelo fomento à leitura e pesquisa. Isso significa que a biblioteca escolar deve

ser instrumento de desenvolvimento do currículo do estudante, que possibilita a formação do indivíduo para a aprendizagem contínua, estimulando a criatividade e comunicação (GASQUE, 2013).

Assim, segundo Gasque e Tescarolo (2004), o conhecimento pedagogicamente deve ser transposto e articulado com os objetivos e as situações didáticas, que podem favorecer uma aprendizagem significativa.

Em se tratando de tendências de aprendizagem, Gasque e Casarin (2016) ressaltam que a adoção de modelos baseados na construção colaborativa do conhecimento com ênfase na aprendizagem ativa e compreensiva são pontos a serem pensados. Destacam também como tendências o ensino globalizante e abordagens mais aprofundadas e significativas como projetos de trabalho, o aumento e intensificação do uso das tecnologias da informação e comunicação, o desenvolvimento da capacidade de pesquisar e utilizar, de forma eficaz e eficiente as informações. Além disso, acrescentam que o foco na criação e compartilhamento das informações, o ensino reflexivo, a metacognição e a avaliação formativa e pedagogia diferenciada.

Percebe-se então, que a biblioteca escolar é um ambiente de extensão do processo de ensino-aprendizagem, e juntamente com os bibliotecários e professores enfrentam o árduo desafio de ensinar aos usuários como utilizar a informação para aquisição do conhecimento. Assim, tradicionalmente as bibliotecas iniciaram como espaço de estímulo das habilidades básicas de leitura, além da escrita e do cálculo, e atualmente agregam as novas tecnologias e novas formas de aprendizagem (KUHLETHAU, 1999). Nesse sentido, Valio (1990) considera que a leitura pode ser a principal ferramenta para o ensino de todos os aspectos do currículo.

2.4 O INCENTIVO À LEITURA

A leitura precisa ser constantemente estimulada; processo em que é necessário criar o hábito de ler, o prazer de ler e o gosto pela leitura (CAMPELLO, 2002). Segundo Gasque e Silvestre (2017), as bibliotecas escolares que atuam como Centro de Recursos de Aprendizagem podem, com a mediação dos bibliotecários, desenvolver projetos de incentivo à leitura, com o objetivo de melhorar as competências leitoras e a aprendizagem dos estudantes.

Isso requer, por exemplo, de acordo com Gasque (2013), que a biblioteca selecione, adquira, organize e divulgue material de literatura, em concordância com o interesse das faixas etárias dos estudantes, e também promova eventos culturais e literários. A importância da leitura no processo educativo é inquestionável. Essa certeza une pais e professores na convicção

de que ler é bom e que, portanto, a criança deve aprender a gostar de ler (CARVALHO, 2002). A biblioteca pode contribuir para o despertar da criatividade e do lado crítico no estudante, considerando os diferentes tipos de documentos que podem constituir o acervo e os serviços e atividades que podem ser desenvolvidos na biblioteca (SILVA, 2003).

Carvalho (2002) questiona sobre o motivo de os esforços da escola e dos programas governamentais de incentivo à leitura não conseguirem transformar a criança e o jovem que leem em leitores críticos. Sobre isso, Gasque e Silvestre (2017) ressaltam que a leitura deve ser entendida como uma das competências informacionais a ser desenvolvida através do ensino de estratégias de leituras, considerando os conhecimentos prévios de mundo que o leitor tem na hora de interpretar as informações.

Gasque e Silvestre (2017) acreditam que nos primeiros anos da escola deveria estimular o gosto pela leitura e consolidar as competências leitoras, e nos anos seguintes, a biblioteca juntamente com a escola devem reforçar o hábito com atividades de desenvolvimento das competências leitoras voltadas para o pensamento crítico-reflexivo. Isso porque apenas uma política de leitura séria e compromissada com a circulação de livros na biblioteca, propicia oportunidade de acesso dos estudantes aos acervos das bibliotecas escolares, sendo capaz de transformar o não-leitor em um cidadão que possui o hábito de leitura (VALIO, 1990).

Gasque e Silvestre (2017) sugerem um esquema para o planejamento de projetos de leitura integrados ao currículo, dividido em três fases: organização, valorização e elaboração. Consideram que a organização engloba o diagnóstico e os conhecimentos para o projeto de leitura, o que requer conhecer os serviços, as coleções, a estrutura, os recursos humanos e financeiros da biblioteca. Destacam também que na fase da valorização, a análise dos dados estatísticos e a organização do acervo permitem implementar serviços adequados às necessidades informacionais da comunidade escolar. E por último, as autoras explicam a fase de elaboração, que consiste na integração das ideias ao currículo, bem como a elaboração do projeto de leitura com a participação dos professores.

Segundo Gasque e Casarin (2016), com o incentivo à leitura, a biblioteca escolar estimulará os usuários a desfrutar das diversas vantagens que o hábito de ler traz, como escrever e falar melhor, saber interpretar textos com mais facilidade, possuir mais criatividade, se conectar com o mundo, entre várias outras. Entretanto, é preciso considerar que muitas bibliotecas escolares funcionam em salas adaptadas, sem ventilação, iluminação inadequada, com profissional não habilitado, entre outros requisitos. Elas não estão com estruturas apropriadas, constituindo-se espaços que foram adaptados para esse fim (GOULART; DIAS; LELIS, 2019).

Assim, segundo Carvalho (2002), o papel da biblioteca escolar no processo de formação do leitor crítico deve ser repensado se as escolas desejam investir na leitura como ato verdadeiramente cultural. Para tanto, as escolas não podem ignorar a importância de uma biblioteca aberta, interativa com espaço livre para a expressão genuína da criança e do jovem.

Deste modo, no que se refere ao incentivo à leitura foi possível perceber que as bibliotecas escolares ainda não conseguiram alcançar o objetivo de transformar os usuários em leitores críticos por meio de projetos de fomento à leitura, sendo estes pouco relevantes na trajetória escolar dos estudantes. Em geral, além de um espaço mal estruturado, muitas bibliotecas ou espaços de leitura não contam com profissionais capacitados para desenvolver um trabalho competente para que os estudantes se tornem mais ativos no processo de construção do conhecimento. O próximo tópico trata sobre a necessidade da presença do bibliotecário nas bibliotecas escolares.

2.5 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

Em relação à concepção de bibliotecário escolar, Valio (1990) ressalta que, se a biblioteca tem a atribuição de contribuir para a formação dos estudantes como cidadãos, o papel do bibliotecário seria facilitar a aprendizagem para cada estudante. De acordo com Tavares, Silva e Valério (2013), é importante enfatizar a necessidade de a biblioteca escolar ser custodiada por um profissional capacitado para integrar a biblioteca ao propósito pedagógico da escola.

Grosso modo, Bezerra (2008, p. 6) afirma que, como na sala de aula, o professor é licenciado para ensinar; na biblioteca, o bibliotecário, bacharel em biblioteconomia é o profissional habilitado para trabalhar em bibliotecas. Nesse sentido, Gasque (2013) enfatiza que, por meio das competências psicopedagógica e social, o bibliotecário é capaz de compreender o processo de ensino-aprendizagem e transformar a biblioteca em um espaço social, educativo e de aprendizagem.

O bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalha em conjunto com os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com bibliotecas públicas e outros (IFLA, [200-], p. 3).

No entanto, a realidade do Brasil mostra que a prática é totalmente diferente da teoria e revela que a maioria das bibliotecas escolares não possuem um profissional adequado em sua

coordenação, ou seja, um bibliotecário. Santos (2018) destaca que além da falta de bibliotecas nas escolas, as que existem geralmente, funcionam de forma precária, com falta de livros, equipamentos, espaços adequados e pessoas com formação apropriada. Geralmente, as escolas possuem “salas de leitura”, espaços que seriam destinados às bibliotecas escolares, mas que por falta de orçamento e política séria, não passam de salas que guardam livros velhos, onde os atendentes não são bibliotecários, e é sempre deixada de lado pelos professores que sempre arrumam desculpas para dispensar a biblioteca na sua prática pedagógica (TAVARES; SILVA; VALÉRIO, 2013).

Com a inexistência de um bibliotecário nas salas de leitura, não há um profissional para tratar a informação corretamente, tampouco para organizar os materiais bibliográficos de forma que supram as necessidades informacionais dos usuários. Essas salas funcionam sem uma política de acervo séria e acabam não cumprindo o papel efetivo que uma biblioteca escolar deveria cumprir. (TAVARES; SILVA; VALÉRIO, 2013).

Para Garcez (2007), a ausência ou a pouca atuação da biblioteca na unidade escolar é forte indicativo de que a formação do educando ocorre, quase que exclusivamente, por meio de conhecimentos repassados pelo professor, que, juntamente com o livro didático, não incentivam a cultura e o uso das bibliotecas.

A existência de um profissional não habilitado em biblioteconomia nas bibliotecas escolares implica o desconhecimento dos profissionais em ações específicas para os cuidados necessários ao funcionamento e organização do acervo (GOULART; DIAS; LELIS, 2019). Campello (2015) ressalta que os responsáveis pela biblioteca são em sua maioria professores readaptados, sem treinamento específico para a função, que dividem o tempo na biblioteca com outra função na escola, assumindo também a regência das turmas quando algum docente falta, ficando a biblioteca fechada nessas ocasiões.

Por sua vez, é preciso deixar claro que, de acordo com Campello (2015), a formação específica do bibliotecário escolar não ocorre na graduação, pois a maioria dos cursos não oferecem disciplinas optativas que dão subsídios para se tornarem bibliotecários escolares. Diante do fato, faz-se necessário a inserção de disciplinas de natureza pedagógica nos currículos para oferecer uma formação mais específica para desempenho em bibliotecas escolares. Silva (2003) ressalta que a criação de disciplinas que favorecessem o debate sobre a biblioteca escolar já seria uma evolução, embora insuficiente, pois não basta criar formalmente várias disciplinas se os estudantes do curso não exercitarem uma mudança de pensamento. Destaca também que é necessária uma alteração na orientação filosófica dominante, uma transformação total na concepção do bibliotecário, da biblioteca e do próprio curso de biblioteconomia.

Chagas (2016) salienta que para conseguir mudar a realidade das bibliotecas escolares é fundamental envolver a comunidade em projetos de leitura com apoio dos órgãos públicos, conciliar material de qualidade, acervo atualizado e recursos tecnológicos, profissionais capacitados com programação de atividades efetivas e boas condições de trabalho. Ressalta também que, a ausência destes fatores provoca, e se não houver mudança continuará provocando, a invisibilidade da biblioteca escolar, que não cumpre seu papel de mediadora da informação e da leitura, fato que cabe discutir sobre as políticas públicas e sobre a formação docente.

Em relação à formação do bibliotecário, de acordo com Gasque e Casarin (2016), esses profissionais precisam ter participação ativa nas atividades educacionais da escola, em particular quanto ao uso de recursos informacionais para construção do conhecimento; precisam desenvolver competências psicopedagógicas e sociais; ter forte domínio de tecnologia; ter papel de liderança no uso das mesmas para acesso, uso e disseminação de informações; bem como domínio de questões relacionadas ao direito autoral, *creative commons* e fomento à leitura em diferentes suportes e formatos.

Evidentemente, se houver mais bibliotecas escolares contratando bibliotecários, devido à grande lacuna de profissionais bibliotecários nas escolas, especialmente nas públicas, mais profissionais ficarão motivados e interessados em trabalhar em bibliotecas escolares. Existe relação entre demanda de profissionais e formação deles. A verdade é que, em suma, a falta de bibliotecários nas escolas acarreta deficiências significativas na construção de conhecimento dos estudantes e na formação de cidadãos críticos.

2.6 A BIBLIOTECA ESCOLAR NA REDE PÚBLICA

Silva (2003), em sua obra “Miséria da biblioteca escolar”, faz uma analogia da situação da biblioteca escolar simbolizada pelo silêncio. Ele explica que há o silenciamento das autoridades, o desprezo com os pesquisadores da área, além da omissão de professores e bibliotecários. Para este autor, é possível perceber um grande abandono, desprezo e indiferença perante a biblioteca escolar no Brasil, fato que é preocupante, ao se considerar a biblioteca como elemento importante na formação dos cidadãos.

Segundo Silva (2003), na grande maioria dos casos, as bibliotecas das escolas públicas não possuem a menor condição de funcionar dignamente, estando longe de poderem ser chamadas de “biblioteca”. É evidente, no atual cenário brasileiro, que as bibliotecas escolares ainda não conseguem concretizar políticas públicas efetivas, agregando assim, pouco ou

nenhum conhecimento na vida dos estudantes, sendo usada erroneamente e, muitas vezes, sem perspectiva. Desta forma, ficam ofuscados os campos político, social, pedagógico e científico na sociedade.

Campello (2015) enfatiza o estudo realizado em 2009, pelo Ministério da Educação (MEC), juntamente com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), resultante do documento “Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil” (BRASIL, 2011). Esta pesquisa evidenciou que as políticas públicas de distribuição de livros, que consistiam nos principais instrumentos para a melhoria dos níveis de leitura de estudantes do ensino básico no Brasil, tiveram pouca influência no aperfeiçoamento das bibliotecas das escolas públicas. Outros resultados que a pesquisa supracitada encontrou foram: a falta de percepção de vínculo entre a biblioteca escolar e o projeto pedagógico da escola, a precariedade do espaço físico, as características inadequadas das coleções, a pobreza dos serviços oferecidos, a inadequação do tratamento técnico do acervo e a impossibilidade de acesso à internet.

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL, [2021]) estabelece no artigo 205 que: “a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento pessoal, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim, a biblioteca escolar é um dever do Estado, tendo em vista que é um instrumento para desenvolvimento de currículo e fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), desenvolvido desde 1991, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos estudantes e professores por meio da distribuição de acervos de obra de literatura, de pesquisa e de referência. Entretanto, é perceptível que o programa não é capaz de solucionar os problemas na biblioteca escolar. Isso porque, de acordo com Campello (2015), faltam ações políticas mais efetivas, que convençam as lideranças governamentais a investir em ações na criação e no aperfeiçoamento de bibliotecas nas escolas.

Pode-se destacar, inicialmente, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, [2019], 1997) que contemplam o discurso da biblioteca escolar como espaço de aprendizado e incentivo à leitura e ao aprendizado, com o objetivo de promover a equidade de aprendizagem, assegurando que os conteúdos básicos sejam ensinados para todos os estudantes independente das condições socioeconômicas. As leis e os parâmetros atuavam como diretrizes obrigatórias para a educação básica, com o propósito de orientar a elaboração dos planejamentos curriculares

nas unidades escolares e nos sistemas de ensino. Entretanto, de acordo com Silva (2011), nesses documentos pode-se observar a nítida falta de uma política nacional para bibliotecas que possa compor um conjunto de ações integradas entre os diversos tipos de bibliotecas.

Destaca-se também a criação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) em 1997, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, com o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos estudantes e professores por meio da distribuição de acervos de obra de literatura, de pesquisa e de referência. Entretanto, o programa não foi capaz de solucionar os problemas da biblioteca escolar. Visto que faltam ações políticas mais efetivas, que convençam as lideranças governamentais a investir em ações na criação e no aperfeiçoamento de bibliotecas nas escolas (CAMPELLO, 2015).

De acordo com Salciotto (2012), o PNBE não conseguiu alcançar adequadamente seus objetivos, pois possui vários entraves em sua gestão, como a falta de divulgação do programa e muitas deficiências na infraestrutura das bibliotecas. Assim, muitas vezes, o acesso aos acervos distribuídos dentro do programa ficava restrito, e os materiais sumiam “pela falta de local apropriado (biblioteca), pela falta de tratamento adequado”, pela carência do profissional bibliotecário, “e pela falta de dinamização de leituras, reflexo da pouca parceria e aproximação entre bibliotecários e professores” (GARCEZ, 2007).

Atendendo a uma antiga reivindicação de bibliotecários e dos movimentos educacionais que atentam para um olhar mais cauto sobre a biblioteca escolar no Brasil, a Lei nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010) foi aprovada no dia 24 de maio de 2010. A lei entrou em vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, em 25 de maio (SILVA, 2011, p. 502; BRASIL, 2010).

A Lei nº 12.244/2010 dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. O primeiro parágrafo da lei determina que “as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas.” (BRASIL, 2010). Em seu segundo parágrafo, determina que os sistemas de ensino do País

deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 2010).

De acordo com Silva (2011, p. 506):

A Lei de universalização de bibliotecas (BRASIL, 2010) poderia ser mais detalhada no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas

características técnicas, organizacionais, educativas, além de sua intencionalidade política, social e pedagógica, pois os aspectos de acervo e de organização desse tipo de biblioteca apresentam uma singularidade, ainda, pouco assimilada pela ampla maioria dos educadores e de instituições de ensino brasileiros.

Tavares, Silva e Valério (2013, p. 642) destacam que a referida lei considera a BE como espaço que armazena “coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”, mas não define como deveria ser a questão do espaço físico. Isso propicia a questão apontada por Silva (2003), que a biblioteca escolar é, em muitas instituições, considerada como qualquer armário com livros.

Sobre isso, Gasque e Casarin (2016) sugerem melhorias nos espaços físicos das bibliotecas como a transformação de espaços de armazenamento para espaços de interação, construção e compartilhamento de conhecimento, com mobiliário flexível e dotado de equipamentos e materiais que possibilitem a realização de atividades de criação e formação formais e informais variadas, possibilitando assim um bom aproveitamento do ambiente.

De acordo com a lei, o prazo para sua concretização nas escolas públicas seria de dez anos. Isto é, todas as escolas públicas deveriam contar com uma biblioteca, com, pelo menos, um título para cada estudante. Este espaço deveria ser gerido por um bibliotecário escolar.

Na época, a aprovação da lei para universalização das bibliotecas pelo governo representava avanço e esperança no sistema educacional. Porém, percebe-se até a data do presente trabalho que a Lei não se cumpriu, visto que se passaram mais de dez anos de sua publicação e pouco mudou no cenário das bibliotecas escolares no Brasil. O descaso e o abandono continuam acompanhando a biblioteca escolar até os dias atuais, levando em consideração que a maioria das escolas públicas ainda não possuem bibliotecas e muito menos contam com um bibliotecário em sua coordenação. Pode-se perceber ainda um longo caminho para a universalização das bibliotecas, desta forma resultando na desqualificação e desvalorização da profissão de bibliotecário no âmbito da rede pública de ensino.

Garcez (2007) ressalta que quando existe um bibliotecário atuando na escolar, a concepção crítica deste espaço e do profissional bibliotecário pela comunidade passa a ser mais aguçada. Isso possibilita à comunidade escolar reivindicar um melhor aparelhamento, estrutura ou gestão da escolar e da própria biblioteca.

Considerando as questões descritas na revisão de literatura, observa-se que há deficiências em várias áreas que constituem o quadro atual da biblioteca escolar como, por exemplo, a ausência de destinação pelo governo de verbas públicas consideráveis para as bibliotecas escolares, assim como o não cumprimento de leis que beneficiariam a BE e os

bibliotecários. Além disso, observou-se também que em muitas graduações do curso de biblioteconomia há lacunas no oferecimento de disciplinas que contemplem, em especial, os conteúdos psicopedagógicos e didáticos.

3 METODOLOGIA

Esse capítulo trata da metodologia adotada no trabalho, ou seja, os métodos e procedimentos utilizados para a realização da pesquisa. Descreve a caracterização da pesquisa, a população, a amostra, e também o instrumento de coleta de dados empregado.

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA

Metodologia científica consiste em um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento de uma maneira sistemática (RODRIGUES, 2007). Com o intuito de analisar as salas de leitura da rede pública de Taguatinga-DF que não contam com bibliotecários na coordenação, a metodologia adotada no trabalho consiste em uma abordagem de natureza exploratória, com enfoque quali-quantitativo.

A pesquisa quali-quantitativa utiliza métodos quantitativos e qualitativos para coleta e análise dos dados. Segundo Barbeta (2001), enquanto a pesquisa quantitativa utiliza dados numéricos para mostrar seus resultados com variáveis quantificáveis, a pesquisa qualitativa é descritiva e os dados obtidos são analisados indutivamente. No caso, aplicaram-se questionários aos responsáveis pela sala de leitura das instituições analisadas, com perguntas objetivas e subjetivas.

A pesquisa foi de natureza exploratória, com uso de questionários aplicados aos responsáveis pelas salas de leitura. É importante ressaltar que a realização de entrevistas para a coleta de dados não foi possível em razão do atual momento de pandemia enfrentado, em que é prezado o distanciamento social.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Mourão Junior (2009) explica que a população se trata do conjunto de elementos que apresenta uma determinada característica que é pretendido estudar, e a amostra é definida como um subconjunto de uma determinada população. A população da pesquisa abrange as escolas

públicas que contam com salas de leitura em Taguatinga-DF. De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2020), Taguatinga-DF possui 65 escolas públicas.

A amostra da pesquisa constitui-se de 26 escolas públicas localizadas em Taguatinga-DF, que atendem ao público de 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O principal critério de seleção relaciona-se ao fato de as escolas possuírem biblioteca escolar/sala de leitura sem a presença de um profissional bibliotecário. As escolas de 1º ao 5º ano foram selecionadas em razão de as crianças deste período estarem formação inicial, no que concerne à leitura e à pesquisa.

3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio de questionários, como instrumento de coleta de dados. O questionário foi direcionado aos professores responsáveis pela coordenação das salas de leitura. O questionário, disponível no Apêndice A, constitui-se de 8 questões, sendo 6 perguntas fechadas e 2 abertas. As questões abrangem os objetivos específicos: perfil do entrevistado; identificação de produtos e serviços da biblioteca, avaliação da biblioteca; sentimentos do responsável pela sala de leitura em relação ao trabalho desenvolvido, bem como o levantamento das dificuldades enfrentadas para realização do trabalho e sugestões de melhoria.

Antes da aplicação dos questionários, foi realizado um pré-teste do instrumento de coleta de dados com objetivo de identificar falhas no questionário. O pré-teste foi aplicado a dois professores com características similares às da população. Os resultados do pré-teste mostram que não foram necessárias alterações no questionário.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, foi realizada a seleção das escolas participantes da pesquisa. Foram adotados como critérios de seleção: ser uma escola da rede pública, localizada em Taguatinga-DF, ser integrante do ensino de 1º ao 5º ano e possuir biblioteca/sala de leitura sem a presença de um bibliotecário. Posteriormente, entre os dias 12/02/2021 a 23/03/2021, foram enviados os questionários para o e-mail das coordenações das 27 escolas selecionadas. Nesta etapa, houve participação considerável da Coordenação Pedagógica, que encaminhou o questionário aos responsáveis de cada sala de leitura das escolas. É importante salientar que não foi possível

fazer visitas aos locais selecionados em decorrência da atual pandemia de Covid-19, em que as escolas da rede pública do DF estão fechadas e também é indicado o distanciamento social.

Para construção do questionário e a análise dos dados obtidos, foi utilizada a ferramenta virtual Google Docs, que possibilita a criação de formulários online. Para a criação dos gráficos e tabelas dos dados coletados, foi utilizado o programa Excel. A análise dos dados foi realizada mediante uso de ferramentas estatísticas para melhor visualização dos dados. Foram enviados questionários para 27 escolas selecionadas, e foram recebidos 23 questionários respondidos de 19 escolas, são elas: Escola Classe 01, Escola Classe 06, Escola Classe 08, Escola Classe 10, Escola Classe 11, Escola Classe 12, Escola Classe 13, Escola Classe 15, Escola Classe 16, Escola Classe 17, Escola Classe 18, Escola Classe 19, Escola Classe 27, Escola Classe 29, Escola Classe 39, Escola Classe 41, Escola Classe 42, Escola Classe 45, Escola Classe 50 e Escola Classe 52. O questionário também foi enviado às escolas: Escola Classe 02 VP, Escola Classe 41, Escola Classe 46, Escola Classe 53, Escola Classe 57, Escola Classe Arniqueiras e Escola Classe CAVP, porém, não obtiveram-se respostas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa e discussão sobre a situação das salas de leitura que não possuem bibliotecários em sua gestão. Os dados apresentados contextualizam a realidade das salas de leitura e as possíveis consequências da ausência do profissional especializado na biblioteca escolar.

Os resultados são descritos com base nas categorias de análise estabelecidas, a partir dos objetivos específicos e das questões do formulário on-line, identificadas a seguir:

- Identificação do perfil dos respondentes.
- Levantamento das percepções sobre a sala de leitura do ponto de vista do professor.
- Descrição das competências necessárias para o trabalho na sala de leitura.

4.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

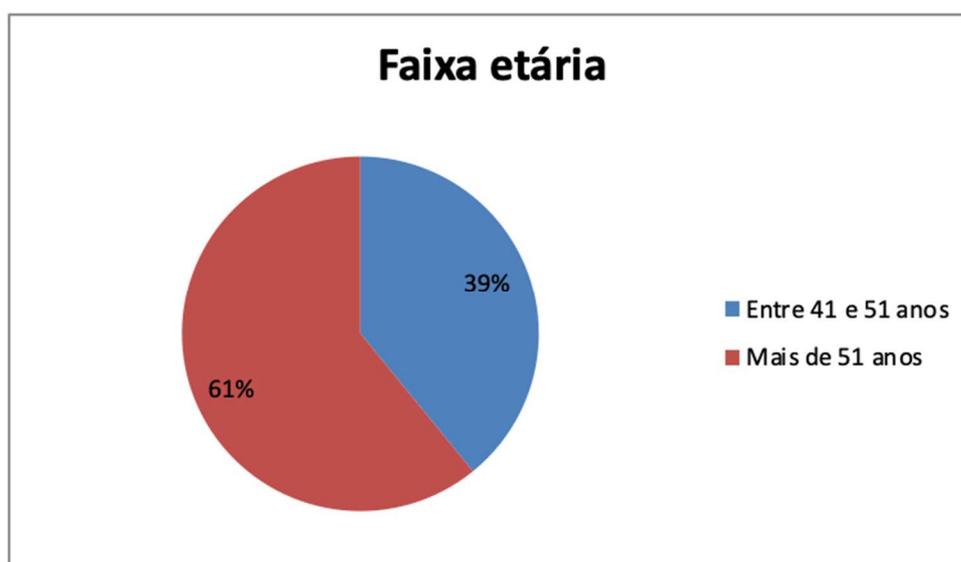
O questionário foi dividido em três partes, em consonância com os objetivos específicos delineados nesta pesquisa. A primeira parte trata do perfil dos entrevistados e abrange as perguntas sobre faixa etária, tempo de trabalho na instituição, área de formação de professores e motivo de atuação na sala de leitura.

4.1.1 Perfil dos entrevistados

a) Faixa etária

Os questionários foram respondidos por um total de 23 professores, que são responsáveis pelas salas de leitura das escolas públicas de ensino fundamental em Taguatinga-DF. Desse total, 61% dos professores têm mais de 51 anos, e 39% têm entre 41 e 51 anos de idade. Não foi obtida nenhuma resposta para faixa-etária entre 18 e 40 anos. É possível observar a idade mais avançada dos responsáveis pelas salas de leitura das escolas, pois a maioria atuante são servidores readaptados, e inevitavelmente os problemas de saúde crescem à medida que as pessoas envelhecem. Os resultados dos dados da faixa etária dos professores podem ser observados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Faixa etária



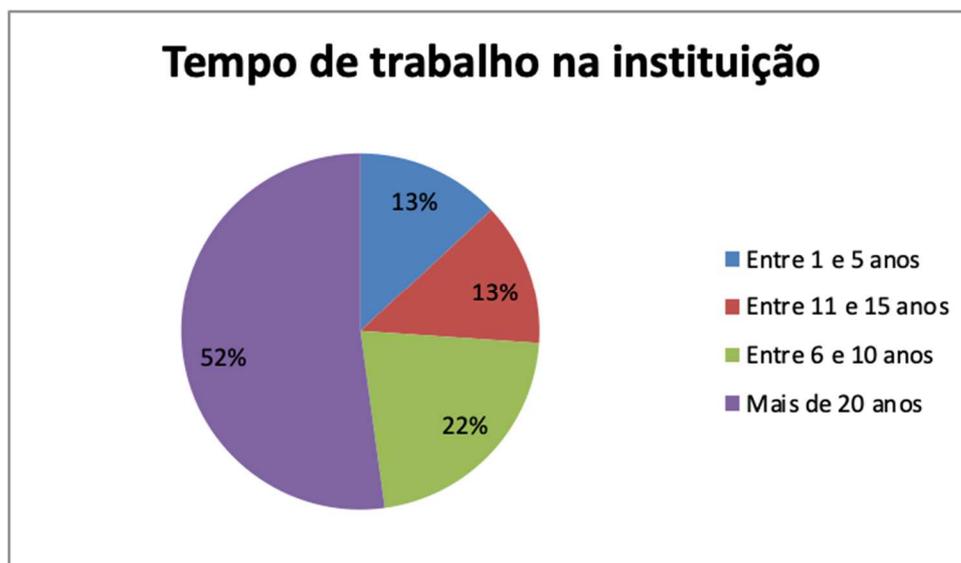
Fonte: elaboração da autora.

b) Tempo de trabalho na instituição

A questão seguinte trata do tempo de trabalho dos professores na escola pesquisada. De acordo com os resultados, 52% dos professores trabalham há mais de 20 anos, o que pode revelar uma pequena rotatividade no trabalho dos professores. Outros profissionais (22%) trabalham entre 6 e 10 anos na instituição de ensino, seguido de 13% que trabalham na

instituição entre 11 e 15 anos e outros 13% que trabalham entre 1 a 5 anos na escola. Os dados são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Tempo de trabalho dos professores na escola

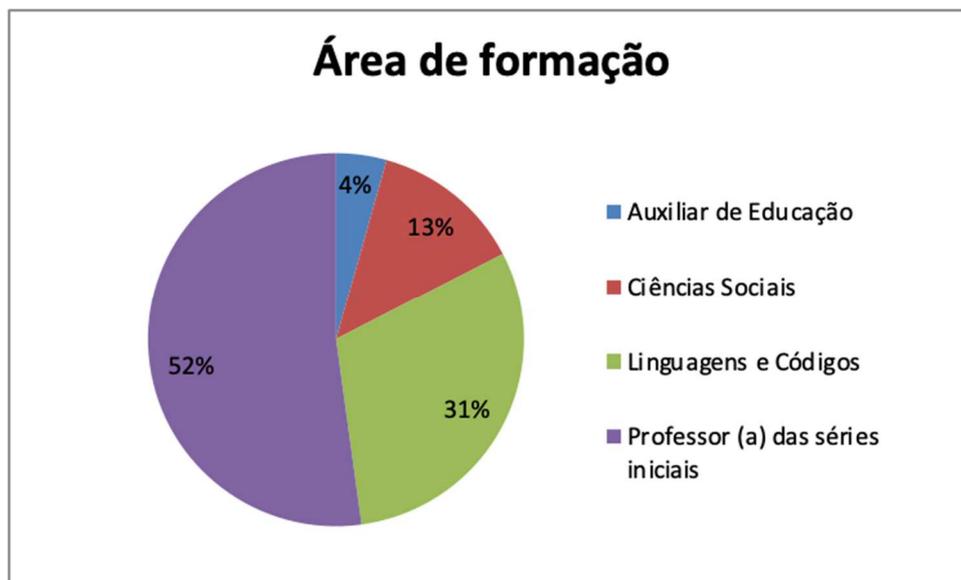


Fonte: elaboração da autora.

c) Formação profissional

Na terceira questão, foi analisada a área de formação dos professores responsáveis pelas salas de leitura. A pesquisa foi realizada em escolas que atuam na Educação infantil, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Do total de 23 respondentes, a maioria são professores das séries iniciais, somando 52% da amostra. A Área de Linguagens e Códigos totalizou 31% dos responsáveis pela sala de leitura que responderam ao questionário, e a Área de Ciências Sociais somou 13%. Não se obtiveram resultados na área de Matemática e Ciências da natureza. O campo “outros” compreende auxiliares de educação, correspondente a 4% dos responsáveis das salas de leitura participantes da pesquisa. A amostra é bastante representativa por abranger diversas formações e abarcar um amplo espectro de conhecimento, porém pode-se observar em muitos casos profissionais sem perfil ou formação adequada para gerir uma sala de leitura. O Gráfico 3 representa a área de conhecimento dos responsáveis pelas salas de leitura.

Gráfico 3 – Área de formação dos responsáveis pelas salas de leitura



Fonte: elaboração da autora.

d) Motivo da atuação na sala de leitura

Em relação à quarta questão, indagou-se sobre o motivo da atuação na sala de leitura (gráfico 4). Os resultados mostram que 78% dos responsáveis pela sala de leitura justificaram a atuação por razões médicas. Somente 22% dos responsáveis responderam pela atuação na sala de leitura por solicitação própria. Os resultados mostram que a maior parte dos responsáveis pela sala de leitura são professores readaptados que deixaram a sala de aula por problemas de saúde. Segundo Faustino et al. (2010, p. 77), na maioria dos casos os professores readaptados são empurrados para a biblioteca escolar e colocados ali sem outra opção, forçados a estar em um novo local de trabalho que lhes parece estranho e amorfo. O Gráfico 4 representa o motivo da atuação dos professores na sala de leitura.

Gráfico 4 – Motivo da atuação na sala de leitura



Fonte: elaboração da autora.

Os entrevistados consistem em 23 professores responsáveis pela sala de leitura das escolas públicas de Taguatinga. A maioria tem mais de 51 anos, trabalham em escolas há mais de 20 anos e são professores das séries iniciais. Estes professores foram readaptados para as salas de leitura por problemas de saúde.

4.1.2 Percepções sobre a sala de leitura do ponto de vista do professor

A segunda parte do questionário aborda o levantamento das percepções sobre a sala de leitura do ponto de vista do professor e compreendem as perguntas sobre serviços oferecidos, avaliação dos serviços oferecidos, autoavaliação do trabalho realizado na sala, o que requer melhoria imediata na sala de leitura.

a) Serviços oferecidos pela sala de leitura

A questão abrange os serviços que as salas de leitura oferecem aos usuários. Os resultados são apresentados na tabela 1. Os dados mostram que os principais serviços são incentivo à leitura (87%), consulta local ao acervo (83%), espaço de leitura (83%) e empréstimo domiciliar (74%). Também foi observado que os serviços menos oferecidos nas salas de leitura são: projeto de sacola literária (4%), acesso à internet (9%), materiais de referência (22%) e blog/site da biblioteca (9%). Os resultados mostram certa escassez de vários serviços essenciais

para que uma sala de leitura seja conduzida de forma eficiente. Martins (2011, p. 10) relaciona a deficiência dos serviços com a falta de pessoal qualificado, segundo o autor, aparentemente uma das dificuldades em se oferecer serviços variados e disponibilizar os materiais para empréstimo domiciliar reside na falta de profissionais para conduzir os trabalhos na biblioteca escolar. A Tabela 1 apresenta os serviços oferecidos pelas salas de leitura.

Tabela 1 – Serviços oferecidos pela sala de leitura

Serviços oferecidos	Total	(%)
Consulta local ao acervo	19	83%
Acesso ao catálogo da biblioteca	9	39%
Empréstimo domiciliar	17	74%
Reserva de livros	9	39%
Orientação à pesquisa	13	57%
Acesso à internet	2	9%
Atividades culturais	16	70%
Projetos de incentivo à leitura	20	87%
Concursos/Premiações	11	48%
Materiais de referência	5	22%
Gibiteca	16	70%
Espaço de leitura	19	83%
Espaço de estudo individual	9	39%
Blog/Site da biblioteca	2	9%
Divulgação de aquisição de novos livros	9	39%
Sacola Literária	1	4%

Fonte: elaboração da autora.

b) Avaliação da sala de leitura

Essa questão aborda sobre a avaliação dos professores em relação à sala de leitura. Os itens abordados na questão foram: horário de funcionamento, acervo, espaço físico, serviços oferecidos e divulgação dos serviços. Os dados mostram que a maioria dos respondentes avaliam como bom e excelente o horário de funcionamento, o acervo situa-se entre ruim e regular, assim como o espaço físico da biblioteca, os serviços oferecidos e a divulgação dos serviços. Os resultados são apresentados e descritos na Tabela 2 e nos gráficos 5, 6, 7, 8 e 9.

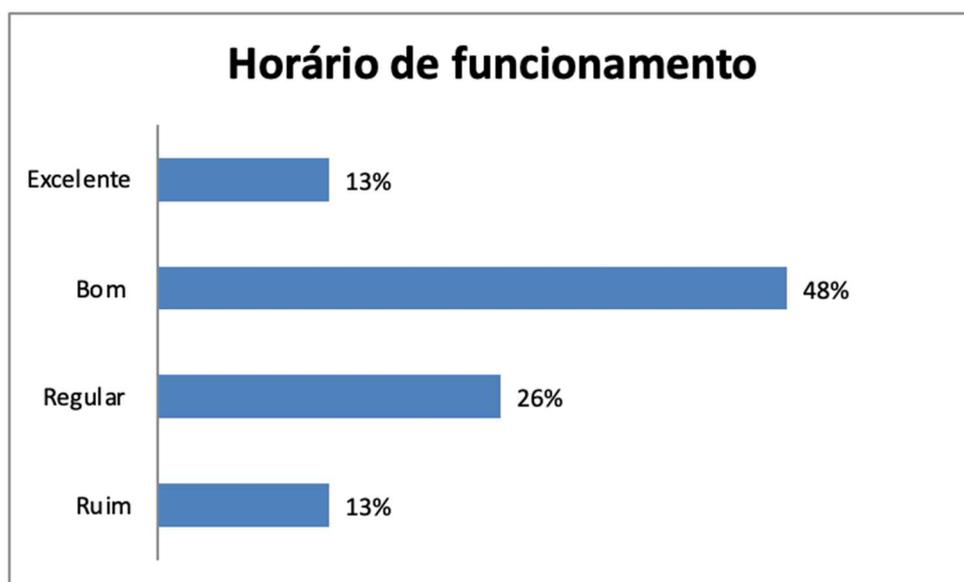
Tabela 2 – Avaliação da sala de leitura

Avaliação da sala de leitura	Ruim	Regular	Bom	Excelente
Horário de funcionamento	3	6	11	3
Acervo	7	6	7	3
Espaço físico	8	10	4	1
Serviços oferecidos	4	8	10	1
Divulgação dos serviços	6	6	8	3
Total	28	36	40	11

Fonte: elaboração da autora.

Em relação ao horário de funcionamento, 61% dos professores avaliam como bom e excelente. Enquanto, os outros 39% avaliam como regular e ruim, como pode ser observado no gráfico 5.

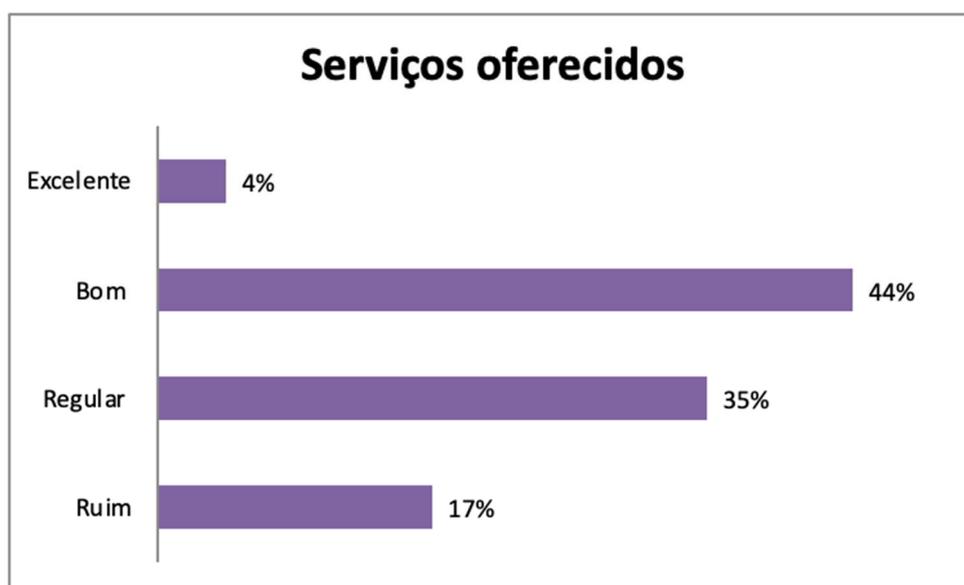
Gráfico 5 – Avaliação dos professores em relação ao horário de funcionamento da sala de leitura



Fonte: elaboração da autora.

De acordo com os dados obtidos, 48% dos professores avaliam os serviços oferecidos pela biblioteca como bom e excelente. O restante, 52% dos professores, avaliam os serviços oferecidos como regular e ruim. Os dados constam no gráfico 6.

Gráfico 6 – Avaliação dos professores em relação aos serviços oferecidos na sala de leitura



Fonte: elaboração da autora.

No que concerne à avaliação da divulgação dos serviços, 52% dos professores avaliam como regular e ruim e 48% como excelente e bom. Isto é, observa-se quase um empate técnico. Os resultados são apresentados no gráfico 7.

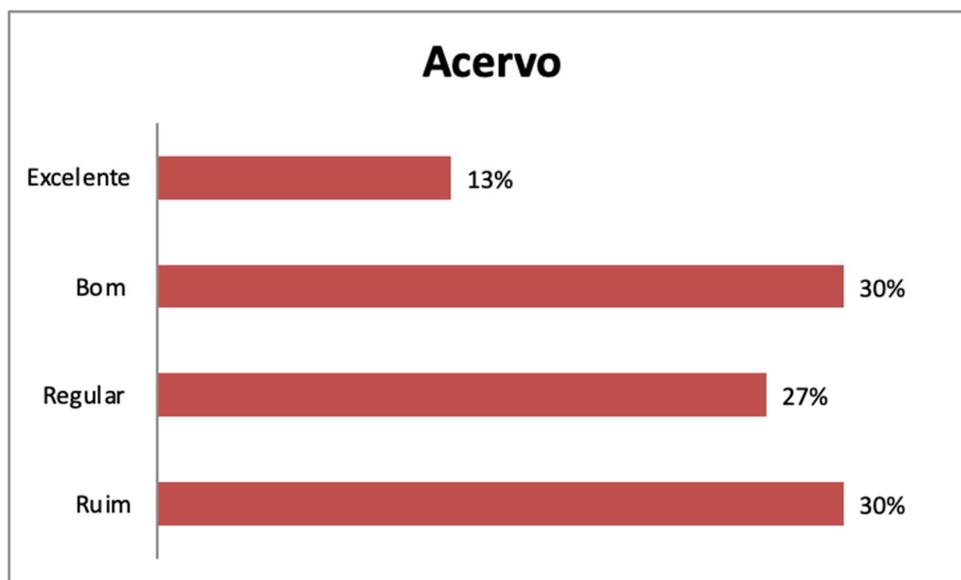
Gráfico 7 – Avaliação dos professores em relação à divulgação dos serviços da sala de leitura



Fonte: elaboração da autora.

Quanto à avaliação dos acervos das salas de leitura, 57% dos professores avaliam o acervo como ruim e regular, enquanto outros 43% avaliam como bom e excelente. Os dados são apresentados no gráfico 8.

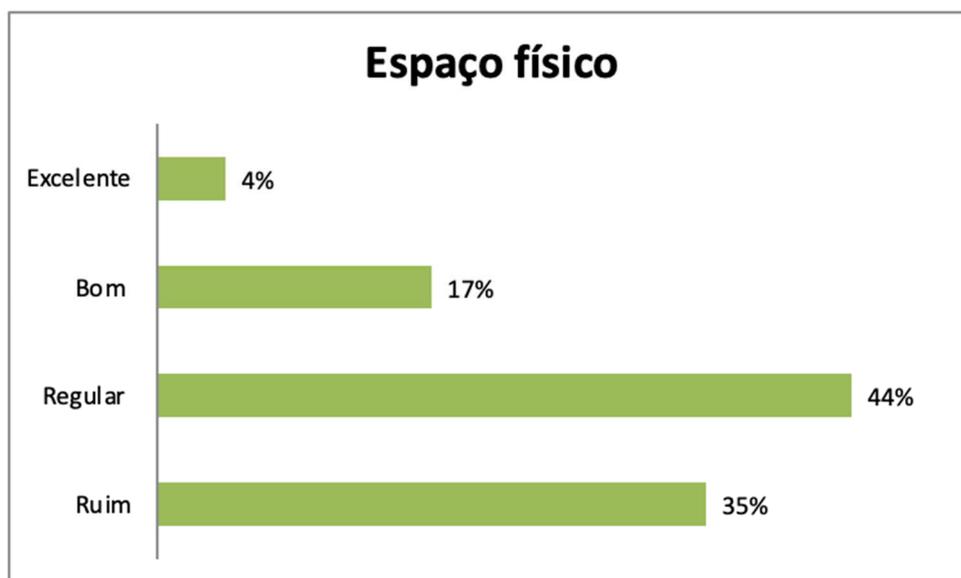
Gráfico 8 – Avaliação dos professores em relação ao acervo da sala de leitura



Fonte: elaboração da autora.

No que concerne ao espaço físico das salas de leitura, 57% avaliam o espaço como ruim e regular e 43% como bom e excelente. Os dados são apresentados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Avaliação dos professores em relação ao espaço físico da sala de leitura



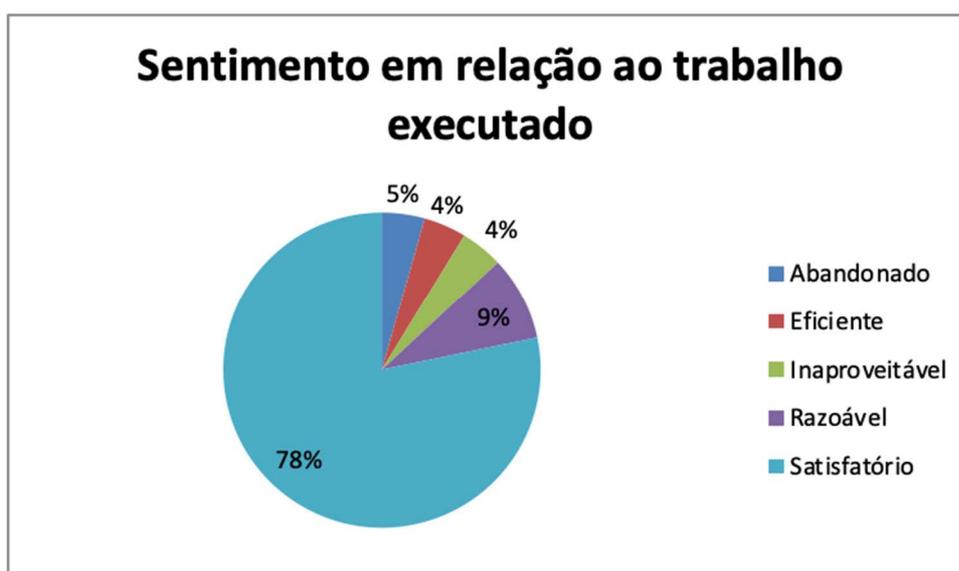
Fonte: elaboração da autora.

Os resultados obtidos mostram que, apesar de haver satisfação com o horário de funcionamento, observa-se maior descontentamento com o espaço físico e o acervo das salas de leitura. Os dados condizem com os apresentados por Fragoso (2002), ao discutir o quadro de desqualificação dos serviços das salas de leitura, como o espaço físico que quase sempre é inadequado, a precariedade do acervo, e os recursos que geralmente são bem escassos, fato que contribui para uma visão pessimista e limitada sobre biblioteca escolar e sua missão na instituição de ensino.

c) Sentimento em relação ao trabalho executado na sala de leitura

Essa questão apresenta os resultados sobre o sentimento dos responsáveis das salas de leitura pelo trabalho executado na mesma. Pode-se observar que a grande maioria dos respondentes (78%) declarou que o trabalho executado na sala de leitura é satisfatório. Outros 9% dos professores julgam o trabalho feito na sala de leitura como razoável, enquanto 5% dos professores sentem que o trabalho executado na sala de leitura está abandonado. Para 4% dos respondentes, o trabalho é eficiente, e para os outros 4% restantes o trabalho executado é inaproveitável. Foi possível identificar que apesar das dificuldades enfrentadas, a maioria dos professores estão satisfeitos com o trabalho exercido nas salas de leitura. Os resultados obtidos estão representados no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Sentimento em relação ao trabalho executado na sala de leitura

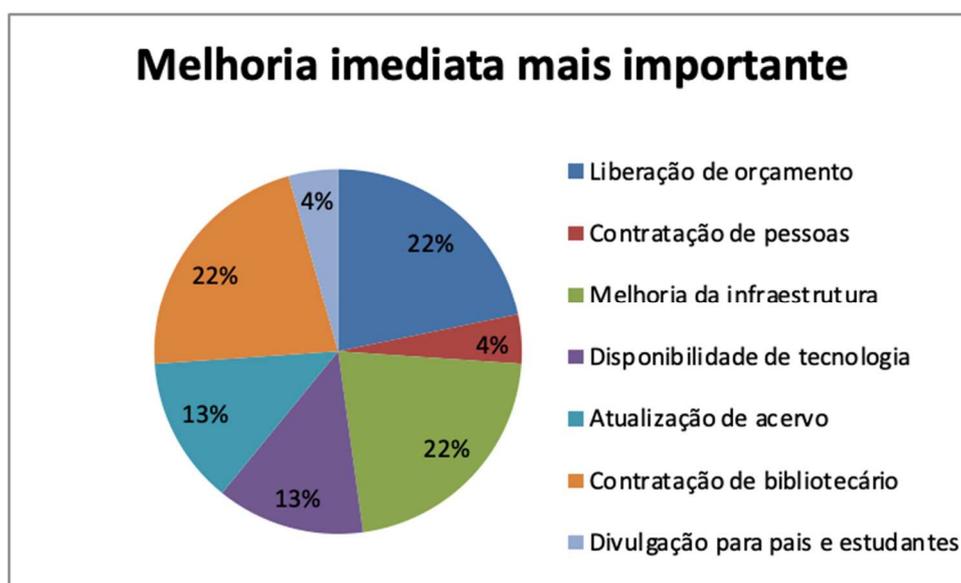


Fonte: elaboração da autora.

d) Melhoria imediata mais importante na sala de leitura

A oitava questão se refere à uma melhoria imediata que os professores julgam mais importante nas salas de leitura. Houve um empate entre as três opções mais votadas, cada uma com 22%. São elas: “Liberação orçamentária”, “contratação de um bibliotecário” e “melhoria da infraestrutura da sala de leitura”. Em segundo lugar ficaram as opções de “disponibilidade de tecnologia” e “atualização do acervo”, com 13% cada. Por último, com 4% cada, ficaram as melhorias “contratação de pessoas” e “divulgação para pais e estudantes”. Diante dos resultados é possível observar a grande diversidade de melhorias que os responsáveis pelas salas de leitura consideram importantes, fato que indica deficiências em vários aspectos nas salas de leitura. Os dados obtidos estão representados no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Melhoria imediata mais importante na sala de leitura



Fonte: elaboração da autora.

A maioria das salas de leitura oferecem serviços de consulta local ao acervo, espaço de leitura e empréstimo domiciliar e projetos de incentivo à leitura. Em relação à avaliação da sala de leitura, há maior insatisfação nos quesitos “espaço físico” e “acervo”. O sentimento da maioria dos responsáveis pela sala de leitura é de satisfação, e as melhorias imediatas mais

desejadas para as salas de leitura são “liberação orçamentária”, “contratação de um bibliotecário” e “melhoria da infraestrutura da sala de leitura”.

Em suma, em relação à percepção dos professores sobre a sala de leitura, observa-se que a maioria dos respondentes acham bom e excelente o horário de funcionamento do espaço de leitura, mas a avaliação do acervo, do espaço físico da biblioteca, dos serviços oferecidos e a divulgação dos serviços por quase a metade dos respondes situam-se entre regular e ruim. Ao avaliarem o próprio trabalho, grande parte dos professores consideram-no satisfatório, mas solicitam melhorias imediatas em relação à liberação de orçamento, investimento em infraestrutura e contratação de bibliotecários.

Observa-se que a autoavaliação não forneceu evidências significantes sobre o trabalho executado na sala de leitura, tendo em vista que os responsáveis apontam várias dificuldades no ambiente em que trabalham, porém a maioria avalia o trabalho executado como satisfatório.

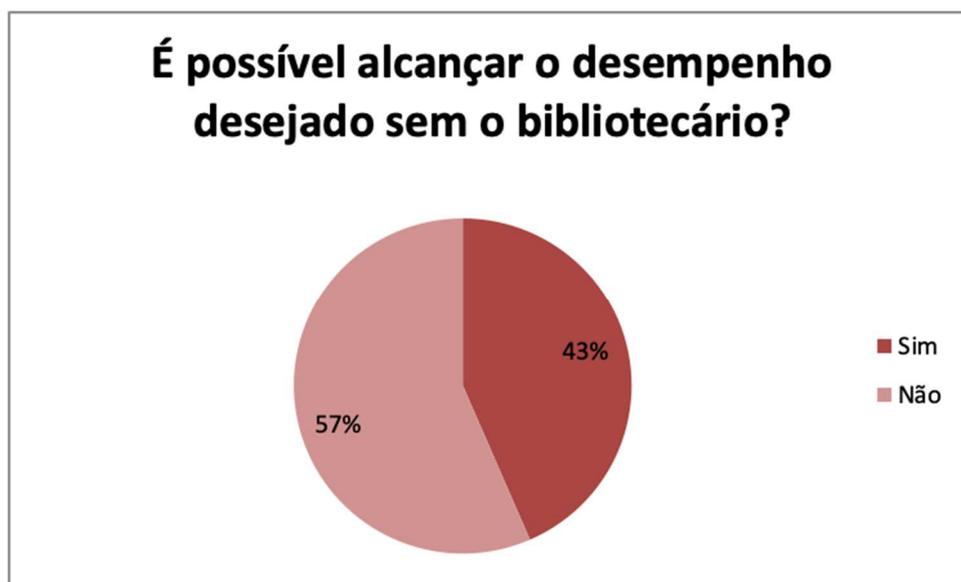
4.1.3 Competências necessárias para o trabalho na sala de leitura

A terceira parte do questionário é formada por duas questões dissertativas sobre o desempenho da sala de leitura sem a presença de um bibliotecário e as competências necessárias para realização de um trabalho de qualidade na sala de leitura.

a) Desempenho da sala de leitura sem a presença de um bibliotecário

A penúltima questão do questionário é uma pergunta aberta sobre o funcionamento da sala de leitura e a ausência de um profissional bibliotecário em sua gestão e a justificativa para a resposta. Os dados mostram que 57% dos professores responderam que não é possível ter o desempenho desejado sem a presença do bibliotecário e 43% responderam que é possível sim obter o desempenho almejado sem um bibliotecário. O gráfico 12 representa os resultados obtidos.

Gráfico 12 – Possibilidade de desempenho da sala de leitura sem um bibliotecário



Fonte: elaboração da autora.

Os 43% dos professores que responderam ser possível alcançar o desempenho pretendido sem um bibliotecário na coordenação das salas de leitura justificaram suas respostas. A maioria (40%) dos professores respondeu que é possível obter o desempenho pretendido sem um bibliotecário por meio da dedicação ao trabalho e da boa vontade para executar as funções dentro da sala de leitura. Outros 20% responderam que é possível quando se trata de uma sala de leitura de pequeno porte em uma escola classe; 20% dos professores justificaram afirmando que os conhecimentos e habilidades do responsável são mais importantes, e por fim, outros 20% responderam que é necessário apenas ter projetos de incentivo à leitura. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Justificativas para o desempenho da sala de leitura sem um bibliotecário

Categoria	Total	(%)
Dedicação e boa vontade	4	40%
Escola classe de pequeno porte	2	20%
Conhecimentos e habilidades	2	20%
Projetos de incentivo à leitura	2	20%

Fonte: elaboração da autora.

A maioria dos responsáveis pelas salas de leitura (57%) respondeu que não é possível conduzir com o desempenho desejado uma sala de leitura sem um bibliotecário em sua gestão.

Outros 38% dos respondentes justificaram a questão mediante ao despreparo profissional dos professores readaptados perante uma sala de leitura. Outros 38% responderam que os conhecimentos e técnicas de um bibliotecário conduziram a sala de leitura de uma forma melhor, e 24% acreditam que a parceria do bibliotecário com o professor seria a solução para a sala de leitura ter um bom desempenho. Os dados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Justificativas para a não possibilidade do desempenho da sala de leitura sem um bibliotecário

Categoria	Total	(%)
Despreparo profissional dos professores readaptados	5	38%
Conhecimentos e técnicas do bibliotecário	5	38%
Parceria do bibliotecário com o professor	3	24%

Fonte: elaboração da autora.

b) Competências necessárias para conduzir a sala de leitura de forma eficiente

O último enunciado do questionário refere-se às competências que os responsáveis pelas salas de leitura julgam necessárias para conduzi-las de forma eficiente. As respostas foram analisadas e classificadas em categorias. Dos respondentes, 39% apresentaram competências relacionadas ao incentivo à leitura nas salas de leitura, como projetos, atividades culturais, concursos literários, premiações, sarau de poesias, teatro, hora do conto, interação com os estudantes na hora da leitura.

Outros 39% dos professores responderam que para conduzir uma sala de leitura de forma eficiente é necessário um profissional bibliotecário. Foram citadas funções que julgaram importantes na sala de leitura desempenhadas por um bibliotecário, como: orientação à pesquisa, catalogação, organização dos materiais, métodos e técnicas para tratamento do acervo. Uma porcentagem de 13% dos respondentes manifestou competências referentes à boa vontade e comprometimento do responsável pela sala de leitura para se obter um ambiente agradável e atraente para os estudantes. Por fim, a categoria com menor índice de respostas foi “Conhecimento da alfabetização”, com apenas 9% dos respondentes. Contudo, alguns professores acreditam na importância da sala de leitura estar inserida no projeto político pedagógico da escola para conduzir a alfabetização dos estudantes. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Competências necessárias para conduzir a sala de leitura de forma eficiente

Categoria	Total	(%)
Incentivo à leitura	9	39%
Bibliotecário capacitado	9	39%
Boa vontade e comprometimento	3	13%
Conhecimento da alfabetização	2	9%

Fonte: elaboração da autora.

Os resultados obtidos mostram a grande importância do incentivo à leitura e da presença de um bibliotecário capacitado nas salas de leitura, fatores que foram bastante discutidos na revisão de literatura do presente trabalho. Os resultados das competências necessárias para conduzir de forma correta uma sala de leitura reforçam o pensamento de Bicheri e Almeida Júnior (2013), quando consideram que o bibliotecário escolar em parceria com os professores precisa ter responsabilidade e contribuir para a formação de leitores, de forma que os estudantes tenham independência e autonomia na leitura.

A maioria dos responsáveis pela sala de leitura afirmam que não há possibilidade de ter um desempenho desejado sem um bibliotecário na gestão das mesmas. Os professores julgam como competências necessárias para conduzir as salas de leitura de forma eficiente o incentivo à leitura, a presença de um bibliotecário capacitado, a boa vontade e comprometimento e o conhecimento da alfabetização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como propósito avaliar a percepção dos professores sobre a sala de leitura das escolas públicas de Taguatinga (DF) e como elas funcionam sem a ausência de um bibliotecário, que é o profissional qualificado responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Compreende-se que uma biblioteca escolar bem estruturada, equipada e munida de profissionais capacitados, torna-se uma poderosa aliada no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, melhorando assim, a qualidade do desempenho escolar.

Os principais dados encontrados mostram que as salas de leitura são gerenciadas por professores oriundos das séries iniciais, com predominância de mulheres com mais de 51 anos, que foram readaptadas em função de problemas médicos. Essa população, em geral, acredita que realiza um bom trabalho na sala de leitura e oferece os serviços principais como incentivo

à leitura, consulta local ao acervo, espaço de leitura e empréstimo domiciliar. Para esses educadores, o acervo da biblioteca não é adequado. Eles solicitam para melhoria da biblioteca a liberação de orçamento, investimento em infraestrutura e contratação de bibliotecários. Por fim, apesar da autoavaliação positiva, reconhecem que não têm preparo profissional adequado e a formação adequada, elencando a capacidade de desenvolver projetos de leitura tão importantes quanto as demais competências de um bacharel em biblioteconomia.

Após a realização da pesquisa, constatou-se que nenhum dos locais analisados atende às especificidades de uma biblioteca escolar, constituindo em salas de leitura, que não possuem estrutura adequada, acervo atualizado e recursos suficientes. Estes espaços contam com a gestão de professores que foram readaptados, saíram da sala de aula por problemas médicos. Apesar de tentarem fazer um bom trabalho, não possuem conhecimento suficiente na área.

Como se sabe, apesar de na teoria a Lei nº 12.244/2010 apresentar avanço na área da biblioteconomia escolar, como fruto da luta da classe bibliotecária para a universalização das bibliotecas escolares, observa-se que na prática estes espaços continuam negligenciados e a Lei segue esquecida, tendo em vista que o prazo máximo para ser cumprida era 2020. Sendo assim, o profissional bibliotecário encontra-se, ainda, impedido de atuar nesse local.

A ausência de um profissional bibliotecário para atuar nas salas de leitura é um fator que acarreta limitações no desenvolvimento do espaço, tendo em vista que os professores responsáveis pelas salas de leitura são em sua maioria readaptados por razões médicas no final de suas carreiras, portanto, não são habilitados para tal função. Nesse contexto, a sala de leitura pode ocupar um lugar onde a readaptação é penosa e o trabalho pode não ter relação com o prazer nem com a realização pessoal dos responsáveis, situação que, muitas vezes, reflete-se nos serviços e produtos oferecidos pelas salas de leitura.

Os obstáculos citados nas salas de leitura dizem respeito a falta de investimento e falta de recursos. Além disso, percebe-se a grande falta de reconhecimento do papel da biblioteca. É preciso vontade política por parte dos líderes nos poderes Executivo e Legislativo, além dos professores e bibliotecários, para, desta forma, viabilizar ações que garantam que as bibliotecas e bibliotecários existam de forma permanente nas escolas públicas do Brasil.

Esse estudo consiste em um retrato parcial da biblioteca escolar no país, confirmando, em grande parte, a situação precária dessas instituições e tornando mais visíveis os problemas existentes. Entretanto, além de apontar as deficiências neste diagnóstico das salas de leitura, o presente trabalho visa compreender suas características para que futuras pesquisas na área possam suprir as deficiências relatadas e ajudar a compreender a realidade das bibliotecas escolares de forma mais eficaz.

REFERÊNCIAS

- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362011000400004&script=sci_arttext. Acesso em: 17 nov. 2020.
- BEZERRA, Maria Aparecida da Costa. O papel da biblioteca escolar: importância do setor no contexto educacional. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 4-10, out. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9177>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- BICHERI, Ana Lúcia Antunes de Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 41-54, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2013.106585>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106585>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 abr. 2021.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.
- _____. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 26 abr. 2021.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Avaliação de bibliotecas escolares no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 abr. 2021.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. 87p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- CAMPELLO, Bernadete Santos. A competência informacional na educação para o século XXI. In: CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 9-11.

_____. Bibliotecas escolares e biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106613>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613/105207>. Acesso em: 4 dez. 2020.

CARVALHO, Maria da Conceição. Escola, biblioteca e leitura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. v. 2, p. 21-23.

CHAGAS, Flomar Ambrosina Oliveira. A invisibilidade das bibliotecas escolares. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 5., 2016, [s. l.]. **Anais [...]. [S. l.]: Ciaiq2016**, 2016. v. 1. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/656>. Acesso em: 8 dez. 2020.

COUTINHO, Clara Pereira; LISBÔA, Eliana Santana. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, v. 18, n. 1, p. 5-22, out. 2011. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14854>. Acesso em: 19 nov. 2020.

CRUZ, José Marcos de Oliveira. Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1.023-1.042, set./dez. 2008.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal**. 6. ed. Brasília, DF: Secreta, 2015. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2016/10/regimento-escolar-rede-publica-de-ensino-df.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FAUSTINO, Gabriela Gimenez *et al.* A voz de sujeitos-readaptados em discurso: o lugar do bibliotecário. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 76-94, set. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v4i2.4040>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4040>. Acesso: 16 abr. 2021.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Revista ABC: Biblioteconomia**, Santa Catarina, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 124-131, 2002. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/380/460>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GARCEZ, Eliane Fioravante. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 27-41, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/492/633>. Acesso em: 9 set. 2020.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Centro de recursos de aprendizagem: biblioteca escolar para o século XXI. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 138-153, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1656/1640>. Acesso em: 26 abr. 2021.

_____. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 183 p. Disponível em: http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3. Acesso em: 4 dez. 2020.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; CASARIN, Helen de Castro Silva. Bibliotecas escolares: tendências globais. **Em questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 36-55, set./dez. 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23396/1/ARTIGO_BibliotecasEscolaresTendencias.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; SILVESTRE, Flor de María. Competência leitora nas bibliotecas escolares. **Em questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 79-105, set./dez. 2017. DOI: [://doi.org/10.19132/1808-5245233.79-105](https://doi.org/10.19132/1808-5245233.79-105). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/68642/41367>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GASQUE, Kelley Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 35-40, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000300005>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000300005&script=sci_arttext. Acesso em: 22 nov. 2020.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira; DIAS, Magna Alves; LELIS, Danielle Oliveira. O espaço físico das bibliotecas públicas escolares: entre o legal e o real. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 4-26, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/630>. Acesso em: 1º out. 2020.

GUIDA, Rosemarilany Barbosa. Breve histórico da biblioteca escolar no Brasil. **Anais do CBBB**, [s. l.], v. 28, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2027/2028>. Acesso em: 20 out. 2020.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/340>. Acesso em: 23 set. 2020.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2. ed. rev. Traduzido por: Rede de Bibliotecas Escolares. [S. l.]: IFLA 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.

_____. **Manifesto Ifla/Unesco para biblioteca escolar**. São Paulo: IFLA, [200-]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

JOHNSON, Doug. Power up!: the new school library. **Educational Leadership**, Alexandria, VA, v. 71, n. 2, p. 84-85, Oct. 2013. Disponível em: <http://www.ascd.org/publications/educational-leadership/oct13/vol71/num02/The-New-School-Library.aspx>. Acesso em: 26 abr. 2021.

JORGE, Marcos. Universidade discute inovação e acessibilidade no ensino. **Unesp**, São Paulo, 14 nov. 2014. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/15958/universidade-discute-inovacao-e-acessibilidade-no-ensino/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

KUHLTHAU, Carol C. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. *In*: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFGM, 1999. p. 9-14. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/103.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. v. 7.

MARTINS, Monique da Costa. Perfil das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de São José dos Pinhais (PR). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Febab, 2011.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto. Questões em bioestatística: o tamanho da amostra. **Revista Interdisciplinar de Estudos Experimentais**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 26-28, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rie/article/view/23875>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Tradução de Walda de Andrade Antunes. Brasília: FEBAB, 1985.

PEREIRA, Andréa Kluge. **Biblioteca na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7260-biblioteca-escola-seb&Itemid=30192. Acesso em: 27 abr. 2021.

POZO MUNICIO, Juan Ignacio. **Aquisição de conhecimento**: quando a carne se faz verbo. Tradução de Antonio Feltrin. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento**. [S. l.]: Udemo, 2007.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia científica. **Faetec/IST**, Paracambi, p. 1-20, 2007. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

SALCIOTTO, Tatiana Lopes. Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 2-3, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1340>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SANTOS, Pedro de Souza. Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para universalização. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 28-47, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2018.143688. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/143688/149503>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, Carneiro W. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 16, n. 2, p. 489-517, 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em 20 out. 2020.

TAVARES, Aureliana Lopes de Lacerda; SILVA, Tiago José; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Biblioteca escolar: instrumento para a formação de leitores críticos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 18, n. 1, p. 639-657, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/875>. Acesso em: 27 nov. 2020.

VALIO, E. B. M. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 1990.

APÊNDICE A – Questionário

Prezado entrevistado(a), este questionário refere-se a uma pesquisa de campo para a elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC, do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo é obter dados para analisar a situação das salas de leitura das escolas de 1º ao 5º ano em Taguatinga-DF, que, por sua vez, não contam com bibliotecários em sua gestão.

1. Em qual escola você trabalha? _____

- Perfil do entrevistado

Este tópico visa analisar as características do responsável pela sala de leitura.

2. Faixa etária

- a) Entre 18 e 29 anos
- b) Entre 30 e 40 anos
- c) Entre 41 e 51 anos
- d) Mais de 51 anos

3. Tempo de trabalho na instituição

- a) Menos de 1 ano
- b) Entre 1 e 5 anos
- c) Entre 6 e 10 anos
- d) Entre 11 e 15 anos
- e) Mais de 20 anos

4. Formação em qual área do conhecimento?

- a) Professor(a) das séries iniciais
- b) Linguagens e Códigos (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte, Educação Física)
- c) Matemática e Ciências da Natureza (Ciências, Biologia, Química e Física)
- d) Ciências Sociais (História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Ensino Religioso)
- e) Outro: _____

5. Motivo pelo qual está atuando na sala de leitura

- a) Solicitação própria

b) Razões médicas/Readaptação

c) Outro: _____

- Percepções acerca da sala de leitura

Este tópico visa analisar o entendimento sobre a sala de leitura pelo responsável.

6. Quais serviços a sala de leitura oferece?

a) Consulta local ao acervo

b) Acesso ao catálogo da biblioteca

c) Empréstimo domiciliar

d) Reserva de livros

e) Orientação à pesquisa

f) Acesso à internet

g) Atividades culturais (Hora do conto, exposições, palestras, etc)

h) Projetos de incentivo à cultura

i) Concursos/Premiações

j) Materiais de referência

k) Gibiteca

l) Espaço de leitura

m) Espaço de estudo individual

n) Blog/site da biblioteca

o) Divulgação de aquisição de livros novos

p) Outro: _____

7. Como você avalia a sala de leitura?

1	2	3	4	5
Não sei	Ruim	Regular	Bom	Excelente

	1	2	3	4	5
Horário de funcionamento	()	()	()	()	()
Acervo	()	()	()	()	()
Espaço físico	()	()	()	()	()
Serviços oferecidos	()	()	()	()	()
Divulgação de serviços	()	()	()	()	()

8. Qual seu sentimento em relação ao trabalho executado na sala de leitura?
- a) Satisfatório
 - b) Indiferente
 - c) Abandonado
 - d) Eficiente
 - e) Inaproveitável
 - f) Razoável
 - g) Outro: _____
9. Marque uma opção que considera mais importante para a melhoria imediata da sala de leitura
- a) Liberação de orçamento destinado à sala de leitura
 - b) Contratação de mais pessoas
 - c) Melhoria da infraestrutura
 - d) Disponibilidade de tecnologia
 - e) Atualização e tratamento do acervo
 - f) Contratação de um profissional bibliotecário
 - g) Outro: _____
10. Você acha que a sala de leitura sem um bibliotecário é capaz de ter o desempenho desejado? Argumente. _____
11. Quais competências (conhecimentos, habilidades, atitudes) você considera necessárias para que a sala de leitura seja conduzida de forma eficiente? _____